



Por determinação de Sua Excelência
o Presidente da A. R.: BARLEN
e (Gab. Sen. DAP) SR. 4.14
[Handwritten signature]

REQUERIMENTO Nº 622 /VII(4.a) - AC

Exmo. Senhor
Presidente da Assembleia da República

A carta, cuja fotocópia anexo, representa uma chamada de atenção sobre a não regulamentação da Lei nº 34/98, que teve por base o Decreto desta Assembleia nº 239/VII, aprovado em 4 de Junho de 1998.

Como já passaram tantos meses após a sua publicação e continuo a receber pedidos de esclarecimento sobre o que se passa quanto à aplicação deste diploma, solicito a Sua Excelência o Senhor Ministro da Defesa Nacional se digne informar-me o que entender por conveniente sobre este assunto.

Com os melhores cumprimentos.

Palácio de São Bento, 13 de Abril de 1999.

O Deputado,

[Handwritten signature: CARLOS MANUEL DE SOUSA ENCARNACAO]

(Carlos Manuel de Sousa Encarnação)

[Handwritten: Carlos Manuel de Sousa Encarnação]
14 ABR 1999
[Handwritten: f. v. l. m.]

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Gab. Presidente
Entrada Nº <u>2467</u>
DATA <u>99. 4. 14</u>

De:

Jerónimo Manuel de Sousa

Lugar do Pinheiro

4540-000 Arouca

Soldado N.º 1421

Para:

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Grupo Parlamentar do PSD

Ao c/ do Ex.mo Sr.: Dr.º Carlos Encarnação

S. Bento - Lisboa

Arouca, 1999-04-08

Caro Amigo,

Trato-o assim, pois tenho muito consideração e amizade por si, já que foi o único homem que falou na Assembleia da República, de um assunto que a muitos incomoda, ou seja a Guerra Colonial.

Sou um ex-combatente, colocado na Guiné Bissau, tendo combatido durante 19 meses, até ao dia em que fui raptado e transportado para a Guiné Conagri, onde estive preso durante um período de 31 meses, sendo libertado por colegas Portugueses sob comando do homem e amigo General Spínola.

Estive na guerra aproximadamente cinco anos e meio, tendo passado 4 meses no Hospital Militar da Boavista, em tratamentos derivados do isolamento.

Quando voltei a Portugal, a minha família já não acreditava na minha existência, pois tive conhecimento que já me tinham rezado a missa de sétimo dia.

Como estes eram pessoas de fracos recursos financeiros, pois toda a vida se dedicaram à agricultura artesanal, fui obrigado a refazer a minha vida muito rapidamente.

Fiz a 4ª classe e de seguida tirei a carta de pesados, envergando pela profissão de motorista.

De seguida casei e tive 2 filhos.

Actualmente como motorista de uma casa de crianças deficientes e abandonadas, tenho um salários de 70.000\$00/mensais.

A minha esposa é inválida desde muito nova, recebendo uma pequena pensão de 32.150\$00, valor este que não chega para as despesas contraídas com médicos e farmácia.

Com o passar dos anos, comecei a ressentir-me dos estilhaços que apanhei no meu braço esquerdo, bem como das fracturas que sofri, pelo que fui obrigado a deixar a firma onde exercia a profissão de motorista de pesados e enverguei pela profissão de motorista de ligeiros.

Na minha caderneta militar consta que possuo uma desvalorização de 15%, desvalorização essa nunca reconhecida pelo Estado Português.

No ano passado fui contactado e mais tarde abordado por um Jornalista do Jornal " Expresso ", o qual organizou um almoço/convívio em Lisboa, onde se reuniram todos os meus colegas de prisão da Guiné Conagri.

A partir desse dia e como o mesmo convívio foi noticiado no referido Jornal, os meios de comunicação social deram várias notícias, e fizeram vários relatos dos acontecimentos ocorridos, mencionando também a passividade do Governo PS, sobre os homens que combateram sob a aste da Bandeira Nacional, e que hoje são esquecidos e discriminados por aquilo que fizeram e sofreram.

Foi noticiado também que iria ser atribuído uma pensão aos prisioneiros de guerra, facto que nunca mais foi falado.

Como referi no início da minha carta, tenho por si uma grande admiração, como homem e como político, pois defendeu aqueles militares que sofreram os horrores da guerra, enfrentando aqueles que nada sabem ou nada percebem o que foi a Guerra Colonial.

Assim esta carta tem o objectivo de o felicitar, pelo que disse, esperando que continue a intervir na Assembleia da República em prol dos prisioneiros de guerra.

Por último, gostaria que desse resposta a esta carta, mencionando o ponto da situação, já que não ouvi quaisquer notícias sobre este "delicado " assunto.

Um abraço deste seu amigo.

De V.Ex.^a

Atentamente

